Corrente Sindical do Partido Operário Revolucionário

Membro do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Ano II - Nº 05 (2ª Ed.) - Março / 2023

POLÍTICA OPERÁRIA

Campanha salarial: sem luta, não há negociação real

É um absurdo que estejamos há 7 anos sem reposição e reajuste. Nossos salários estão corroídos pela inflação e alta do custo de vida. A grande maioria do funcionalismo público federal amarga um grande arrocho salarial. Apesar de a Constituição Federal estabelecer a revisão anual e linear dos salários do funcionalismo, com paridade para aposentados e data-base em janeiro, há tempos as direções fazem acordos em separado em torno à carreira e benefícios. Uma postura corporativista que quebra a força coletiva do funcionalismo público.

As entidades nem mesmo apresentam um índice das perdas reais acumuladas ao longo dos governos, uma vez que consideram as mudanças em planos de carreira como um tipo de reajuste. O Fonasefe (Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Federais) anunciou a mesa de negociação permanente montada pelo governo como uma grande vitória. O índice foi atualizado para 29,64%, considerando apenas as perdas sob o governo Bolsonaro. Ou seja, já se abriu mão de um índice que corresponda a todas as perdas.

Sem mobilização da categoria, as entidades ouviram do governo uma proposta extremamente rebaixada, que varia de 7,8% a 9%, conforme o mês em que for firmada (de março a maio), além de um reajuste de R\$200 no auxílio-alimentação, que não inclui os aposentados. Sem luta e diante de longos anos sem reajuste, parte da categoria tem assimilado a pressão da política conciliadora das direções de aceitar o "possível" no novo orçamento, resultante da emenda constitucional da "transição".

Não passa de palavreado vazio da burocracia sindical dizer à categoria que aceitar a proposta do governo é uma medida emergencial e que essas perdas poderão ser recuperadas em 2024. Se os 27% emergenciais já eram um índice rebaixado, como as direções pretendem aceitar cerca de um terço, sem luta? Mesmo o chamado "revogaço" das contrarreformas,

já na primeira "negociação" foi substituído por algumas poucas medidas ditas antissindicais. Nem se fala de um movimento geral dos explorados para revogar as reformas trabalhista e da previdência. As direções se mostram capituladoras diante do governo que, acossado pela crise política e diante de um cenário mundial com prognósticos de recessão nas principais economias, terá menor margem para concessões aos trabalhadores. Não é à toa que na segunda-feira (6/3) o governo anunciou o adiamento indefinido da reunião de negociação, que ocorreria no dia 7. Isso depois de já ter adiado a reunião que ocorreria no dia 3.

Trabalhadores, qualquer vitória só será arrancada com nossa luta organizada, unitária e coletiva. Não podemos ter nenhuma ilusão no governo burguês de frente ampla e suas mesas de enrolação. Lula à frente do governo federal não rompe com a essência da política econômica levada à frente por Bolsonaro. Dá continuidade à defesa dos interesses dos capitalistas e de ataque às condições de vida dos trabalhadores, por isso não revoga as contrarreformas e não repõe as perdas salariais.

Trabalhadores, não podemos ter nenhuma confiança nas direções governistas e capituladoras, que se apossaram dos sindicatos e centrais. Precisamos erguer as oposições classistas e revolucionárias, defendendo nosso instrumento de luta, que é o sindicato, defendendo a democracia operária, convocando as assembleias para decidir sobre a luta e as reivindicações, rompendo com a conciliação de classes, que é contrária aos nossos interesses.

É preciso construir um dia nacional de paralisação unificado. Construir uma ampla unidade dos trabalhadores e retomar seus métodos próprios de luta – as greves, manifestações e ocupações – para reconquistar os direitos destruídos no último período, pôr abaixo as contrarreformas e repor o que a inflação e o arrocho retiraram dos nossos salários.

NOTA:

Elaboramos esse boletim considerando a convocação da assembleia para discutir dois pontos: a campanha salarial e a assembleia eleitoral, no dia 8 de março. No dia das assembleias, a Coordenação Executiva do Sin-TUFABC cancelou a assembleia geral, que trataria do primeiro item. A assembleia geral eleitoral, das 14h, está mantida, será presencial, na Sala 006-0.

Consideramos a decisão de suspender a primeira assembleia, sobre a campanha salarial, como uma posição errada, que parte da concepção que a assembleia serve apenas para discutir as propostas do governo. Tal atitude só confirma a crítica que fazemos no boletim. Mantemos o texto original (acima), pois conserva nossa posição.

Garantir a democracia operária e trabalhar para erguer uma direção classista e revolucionária

No dia 8 de março, além da discussão da campanha salarial, haverá uma assembleia eleitoral pre-A Assembleia tem como "Aprovação do Calendário Eleitoral e Regimento para realização das eleições da Coordenação Executiva do mandato SinTUFABC 2023-2025", "Eleição dos Membros da Comissão Eleitoral".

Para dar abertura a um processo eleitoral, a Corrente Proletária na Educação defende primeiramente que o calendário eleitoral deva possibilitar que os trabalhadores participem do processo eleitoral, ou seja, que seja garantida a democracia operária. Para isso, é necessário também uma ampla divulgação do processo. Diante de uma situação de baixa participação sindical da categoria, um processo a toque de caixa não cumprirá o papel de aproximar a categoria da sua entidade, pelo contrário, poderá gerar mais desconfiança.

Outro ponto está na defesa do processo presencial. Em nosso último boletim, para a assembleia estatutária, nos posicionamos contrários à virtualidade. Em síntese, neste boletim argumentamos que a virtualidade dissipa a força coletiva dos trabalhadores; é incapaz de erguer a força social necessária para conquistar as reivindicações; cinde o processo de discussão, deliberação e execução; compromete a democracia operária e a segurança das ações. Em especial no caso das eleições remotas, afirmamos que a pessoalidade, o sigilo e o controle da lisura do processo ficam comprometidos; além de desvincular o processo eleitoral do movimento vivo e do processo de politização e mobilização.

Por fim, convocamos os trabalhadores com consciência de classe a discutir a formação de uma chapa que defenda a independência de classe diante dos governos e defenda a democracia operária. Está colocada na ordem do dia a formação das oposições revolucionárias sindicais para travar o combate em todos os níveis, local e nacional, contra os governos burgueses e as direções conciliadoras.



CONFIAR NA UNIDADE DOS EXPLORADOS E OPRIMIDOS:

- · Por empregos para todos e todas, salário mínimo vital e revogação das malditas Reformas Trabalhista e da Previdência!
- · Abaixo todas as discriminações!
- Proteção à maternidade!
- · Por creches, restaurantes e lavanderias comunitárias!
- · Pelo direito ao aborto garantido gratuitamente pelo Estado!
- Erguer um movimento internacionalista pelo fim da Guerra na Ucrânia!
- · Eliminar a raiz de toda opressão e violência por meio da Revolução Proletária!





UM ANO DE GUERRA NA UCRÂNIA

O Partido Operário Revolucionário tem feito uma campanha internacionalista pelo fim da guerra, que só serve aos interesses das potências. A decisão da ONU sobre a continuidade da guerra foi ditada pelos Estados Unidos e pelos seus aliados europeus. Eis por que foi rejeitada qualquer medida que viesse no sentido de negociação de um acordo de paz. A continuidade da guerra na Ucrânia está se transformando em uma grande conflagração mundial.

A Corrente Proletária na Educação chama os trabalhadores e estudantes a fortalecerem a bandeira de fim da guerra, por uma paz sem os ditames do imperialismo norte-americano e aliados, e sem anexação. Chama à unificação com a classe operária, única força social que, unida e em luta, pode acabar com a guerra de dominação. ■



